

A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA*

THE IDEOLOGICAL DECADENCE AND THE SCIENTIFIC PRODUCTION IN PHYSICAL EDUCATION

LA DECADENCIA IDEOLÓGICA Y LA PRODUCCION CIENTÍFICA EN EDUCACIÓN FÍSICA

Edson Marcelo Húngaro**
marcelohungaro66@gmail.com

Amanda Corrêa Patriarca***
amandaepatriarca@gmail.com

Sílvio Sanchez Gamboa****
gamboa@unicamp.br

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: HÚNGARO, E. M.; PATRIARCA, A. C.; GAMBOA, S. S. A decadência ideológica e a produção científica na Educação Física. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 40, p. 43-67, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/tp.v19i40.3741>

RESUMO: Para entender o estado atual do desenvolvimento da ciência, é necessário compreender a ascensão e queda do pensamento burguês. Durante o período ascendente do pensamento burguês, foram desenvolvidas categorias importantes para o crescimento da ciência moderna, como o racionalismo, o humanismo e a preocupação com o método. No entanto, a burguesia, para consolidar seu poder, iniciou o processo de instrumentalização da ciência e da destruição da razão. Algumas teorias contemporâneas, como o pós-estruturalismo, o neotecnicismo e a teoria pós-crítica, chamadas pós-modernas, servem a esses fins. A produção na Educação Física não está imune a essas influências e a esses conflitos. Somos testemunhas da “superficialidade” da ciência e do rigor metodológico. É necessário superar essas contradições para consolidar o campo científico da Educação Física e resgatar seu compromisso com a promoção do ser humano.

Palavras-chave: Produção Científica. Educação Física. Postmodernismo. Decadência Ideológica. Irracionalismo.

ABSTRACT: To understand the current state of the development of science, it is necessary to understand the rise and fall of bourgeois thought. During the ascending period of bourgeois thought, important categories were developed for the growth of modern science, such as rationalism, humanism, and concern with method. However, the bourgeoisie to consolidate its power began the process of instrumentalization of science and destruction of reason. Some contemporary theories, such as post-structuralism, neotechnicism, and post-critical

theory, called postmodern, serve these ends. Production in physical education is not immune to these influences and conflicts. We are witness to the “superficiality” of science and methodological rigor. It is necessary to overcome these contradictions to consolidate the scientific field of Physical Education and to rescue its commitment with the promotion of the human being

Keywords: Scientific Production. Physical Education. Postmodernism. Ideological Decadence. Irrationalism.

RESÚMEN: Para entender el estado actual del desarrollo de la ciencia es necesario comprender el ascenso y la caída del pensamiento burgués. Durante el período ascendente del pensamiento burgués, se desarrollaron categorías importantes para el crecimiento de la ciencia moderna, como el racionalismo, el humanismo y la preocupación por el método. Sin embargo, la burguesía para consolidar su poder comenzó el proceso de instrumentalización de la ciencia y la destrucción de la razón. Algunas teorias contemporáneas, como el post-estructuralismo, el neotecnicismo y la teoría post-crítica, llama das posmodernas, sirven a estos fines. La producción en educación física no es inmune a estas influencias y conflictos. Somos testigos de la “superficialidad” de la ciencia y del rigor metodológico. Es necesario superar estas contradicciones para consolidar el campo científico de la Educación Física y rescatar su compromiso con la promoción del ser humano

Palabras clave: Producción Científica. Educación Física. Postmodernismo. Decadencia Ideológica. Irracionalismo.

* O presente estudo contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Processo nº 2014/27250-0, vinculado ao projeto temático sobre a Produção do Conhecimento em Educação Física no Nordeste brasileiro (EPISTEFNORDESTE) – processo 2012/50019-7.

** Professor Adjunto III da Universidade de Brasília (UnB).

*** Mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB). Doutoranda em Educação da UNICAMP.

**** Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1. INTRODUÇÃO

A pós-graduação, historicamente, configura-se como o espaço mais utilizado para as discussões acadêmicas que fomentam a produção científica em diversas áreas. Por isso, a pós-graduação tem sido tema de pesquisas em várias áreas, não sendo diferente, portanto, na Educação Física.

A síntese, aqui realizada, procura articular lógica e história na recuperação do debate epistemológico que acompanha o processo de gênese, desenvolvimento e consolidação da ordem burguesa. Supomos que durante o período em que a burguesia foi classe revolucionária, produziu-se uma filosofia ascendente. Uma vez consolidada no poder, a burguesia tornou-se classe conservadora e suas produções teóricas deixaram de representar qualquer elemento progressista. E ocorreu, com isso, o início de sua *decadência ideológica*.

Entende-se como fundamental a compreensão da ascensão e decadência do pensamento burguês para a compreensão da atual conjuntura.

Durante o período de ascensão do pensamento burguês, foram desenvolvidas categorias importantes como o *racionalismo*, o *humanismo* e a preocupação com o *método*. A valorização dessas três categorias foi de suma importância para o desenvolvimento da Ciência Moderna, pois aguçou no homem a curiosidade pelo saber, deixando de lado a compreensão teocêntrica de mundo.

Ao se perceber no poder, a burguesia iniciou, intencionalmente, o processo de instrumentalização da ciência. Carlos Nelson Coutinho (2010) defende que esse processo se deu de duas maneiras que dependem do momento de sua estabilidade no poder: irracionalismo ou destruição da razão.

E, nesse contexto (da decadência ideológica), surgiram várias teorias que servem aos interesses do capital. Dentre elas, poderíamos arrolar o positivismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, a fenomenologia, entre outras. Contemporaneamente, as elaborações chamadas pós-modernas são expressões desse largo espectro de teorias conservadoras, que representam a “filosofia da decadência”.

Com a “filosofia da decadência”, a ciência tem esvaziado o seu conteúdo crítico permanecendo na superficialidade teórica em dois movimentos que não se excluem entre si: a elaboração que ataque a racionalidade e a possibilidade de uma apropriação de totalidade, por um lado, e a limitação da razão à sua dimensão prático-instrumental, por outro lado, o que, a partir da leitura de Coutinho (2010), denominamos “Miséria da Razão”.

A pós-graduação e seus critérios avaliativos é, claramente, expressão dessa “miséria da razão” e notável, também, especificamente, na pós-graduação em Educação Física.

O presente trabalho é uma aproximação inicial ao tema. Nele, por meio de uma revisão crítica da literatura,

buscamos acompanhar esse processo de ascensão e decadência do pensamento burguês expresso no atual debate Modernidade *versus* Pós-Modernidade no âmbito da ciência. Nesse acompanhamento, chegamos à contemporânea expressão decadente do pensamento burguês. Feito isso, procuramos analisar sua incidência na produção de conhecimento em Educação Física, especialmente no âmbito da pós-graduação.

2. A CIÊNCIA NA MODERNIDADE

Entendemos que a Modernidade não é um bloco homogêneo e, também, não se trata apenas de um projeto ideocultural, como pensam seus críticos. Trata-se de um período histórico – ainda em vigor – que coincide com a origem e a consolidação do capitalismo.

Em sua gênese, a burguesia – que se configurou como classe protagonista – tratou de desmentir as falácias que a Igreja Católica alimentava para garantir seu poderio ideológico¹, sustentou o surgimento do Renascimento² e, economicamente foi responsável pela superação do feudalismo e criação do capitalismo, sendo à época uma mudança progressista.

Tem-se, na Modernidade, o estímulo por categorias como *Humanismo* – o homem passa a ser o protagonista do exercício racional, passa-se do “Teo” para o “antropo” centrismo, a verdade deixa de ser, portanto, uma revelação e passa a ser compreendida como uma “descoberta”, resultado do exercício racional da dúvida; *Racionalismo* – é a razão humana e não a fé que distingue o verdadeiro do falso – e; *Método* – para o exercício racional visando à descoberta científica, caberia aos homens o estabelecimento de um “caminho” adequado.

Como desdobramento desse movimento, assistiu-se a uma hipertrofia do Racionalismo que teve por resultado a Revolução Científica (durante o século XVII). Essa revolução científica se deu, fundamentalmente, pela defesa do método científico, que deveria ir em busca da objetividade e da eliminação da interferência da subjetividade e dos preconceitos. Desataram-se, assim, as amarras religiosas no modo do ser e do agir social.

O que torna uma classe revolucionária em sua época é o fato de ser a representante dos interesses universais. A burguesia, nesse período, cumpriu tal papel revolucionário. Muitos dos seus interesses coincidiam com os das classes subalternas (campesinato e o “protoproletariado” de então), pois trouxe a defesa de interesses universais, tais como: educação pública, gratuita e laica; o Estado laico; a “reforma agrária”; o controle dos preços dos produtos de primeira necessidade; a República, entre outros. Eis a razão da adesão das massas populares às lutas burguesas.

Esse período corresponde à fase ascendente do pensamento burguês. Trata-se do período em que a burguesia foi classe revolucionária e, portanto,

1 Principalmente a concepção do Teocentrismo, e as afirmações de que os monarcas e o clero eram os representantes de Deus na Terra. Essas afirmações garantiam o cimento ideológico para a manutenção do feudalismo.

2 Expressão utilizada para sintetizar as mudanças ocorridas por influência da Modernidade na arte, na filosofia e na ciência.

interessava-lhe retirar o “véu” que cobria a realidade social, ou seja, a luta pela verdade era, ao mesmo tempo, a luta pela superação daquela ordem social – o feudalismo – que atravancava a satisfação dos interesses burgueses.

No entanto, a burguesia – depois de consolidar a sua posição de classe dominante – deixou de ser classe revolucionária e passou a estimular, nos planos ideocultural e político, formulações que velavam a compreensão da realidade social. Assim o fez para manter sua dominação. A esse período, em que a burguesia se converteu em classe conservadora, correspondeu o que denominamos de período da “decadência ideológica” da burguesia. Tal período, também, constitui o que chamamos de Modernidade.

Nesse período de decadência ideológica, as formulações teóricas da burguesia se centram em justificar o existente. A Modernidade, então, fragmentou-se em, pelo menos, dois vetores: um revolucionário (protagonizado pelo nascente proletariado) e outro conservador (protagonizado pela burguesia). Tal distinção é de fundamental importância para não efetivarmos uma generalização indevida.

Nessa fase, a burguesia apressava-se em abandonar, inicialmente, a razão dialética (COUTINHO, 2010), pois admitir que “ser é processo”, como pensava Hegel, seria, ao mesmo tempo, reconhecer que a essência burguesa de ser não seria para sempre, ou seja, que a possibilidade do “vir a ser” revolucionário estaria sempre posta. Rapidamente tal compreensão deveria ser abandonada.

Coutinho (2010, p. 23) afirma que a fase de decadência do pensamento burguês consiste precisamente em negar ou em limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. Em sua obra *O estruturalismo e a miséria da razão*, afirma que o pensamento burguês opera de duas maneiras distintas visando à manutenção do *status quo*. Essas maneiras variam de acordo com a estabilidade da burguesia no poder:

1) Quando enfrenta períodos de estabilidade, de “segurança”, prestigia as orientações fundadas em um “racionalismo” formal (instrumentalização da razão). Há um empobrecimento da razão ou, como ele chamou “a miséria da razão”, que significa o “[...] radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectivas que operam na práxis manipulatória” (COUTINHO, 2010, p. 18); 2) Quando atravessa momentos de crise, o pensamento burguês “acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista ou de destruição da razão”.

Essas duas operações apresentam a mesma essência. Embora, aparentemente opostas, são complementares e, segundo o autor, comungam com o fato de ambas abandonarem os três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica (pensamento burguês em fase ascendente), quais sejam: o *historicismo concreto*, a *concepção do mundo humanista* e a *razão dialética*.

O historicismo concreto é “[...] a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana” (COUTINHO, 2010, p. 28). A concepção humanista ou humanismo é “a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva” (COUTINHO, 2010, p. 28). Por fim, a razão dialética significa, em seu duplo aspecto:

1) que há “uma racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade (que se apresenta sob a forma da unidade dos contrários)”, 2) que a razão humana nota “as categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva” (COUTINHO, 2010, p. 28).

A conversão da burguesia como classe, de acordo com Coutinho (2010, p. 21), transforma o pensamento burguês, por meio de seus representantes ideológicos, em fonte do aumento da alienação humana. Essa alienação se faz necessária com a finalidade de manter a burguesia como classe dominante. O objetivo é claro: reduzir as possibilidades de ações revolucionárias.

O humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética, categorias forjadas pelo pensamento burguês da fase ascendente, são abandonadas. Tais categorias são perigosas ao pensamento conservador, pois são fundantes para a ética e para a ontologia. Por isso, a tendência manipulatória da decadência começa exatamente por romper com tais categorias:

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirma que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade [sic]subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo “superficial” ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas. (COUTINHO, 2010, p. 30-31).

Esse “novo” irracionalismo pode ser caracterizado, resumidamente, pela “desreferencialização do real”, pela “dessubstancialização do sujeito” e pelo “descenramento da política” (EVANGELISTA, 1992, p. 25). Há, também, um ataque à categoria da totalidade, apenas o micro pode ser entendido.

Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão em geral, dando forte

impulso a uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna – ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade etc. – darão lugar à valorização do fragmentário, do microscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros. Há uma rejeição pelas grandes sínteses intelectuais, pelo conhecimento das causas primárias, pela busca do sentido na história, que passa a ser dominada pela indeterminação e pela ação de sujeitos auto-constituintes[*sic*] do processo histórico (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 16). Declara-se a caducidade dos “velhos esquemas interpretativos” e proclama-se a necessidade de elaboração de “novos paradigmas”, cujas “novas metodologias” devem estar centradas no “cotidiano não-estruturado [*sic*]”, heterogêneo e pluralista dos processos sociais. Assim, foi deflagrada uma colossal onda irracionalista, cujo epicentro está em Paris e seus arredores. (EVANGELISTA, 1992, p. 24).

Há, dessa forma, uma elaboração teórica consciente no sentido de mascarar as reais intenções de uma classe social poderosa e que “abandonou” as bandeiras progressistas que ajudou a forjar. Algumas vezes por “má fé” e outras por “alienação” os intelectuais do período da decadência são os responsáveis pela ocultação da realidade.

Vimos surgir, então, algumas correntes que intencionalmente – ou não – servem aos interesses do capital, como o positivismo, o estruturalismo, o pós-estruturalismo, a fenomenologia, entre outras. Contemporaneamente, as elaborações teóricas que estão “na moda” são as denominadas de pós-modernas.

A chamada “agenda pós-moderna” não se constitui como um bloco hegemônico. Poderíamos afirmar que existem “agendas pós-modernas” ou “pensamentos pós-modernos”. É possível distinguir claramente uma “agenda pós-moderna” anticapitalista e outra de capitulação, mas ambas fundadas em uma epistemologia conservadora e, portanto, funcionais ao capitalismo tardio.

A fim de recuperar seu conteúdo, nossa opção foi a de dialogar com duas de suas expressões que podem ser colocadas no âmbito das “progressistas”. Nosso aprofundamento no entendimento da Pós-Modernidade se fará a partir das elaborações de Jean-François Lyotard e de Boaventura de Sousa Santos, que defendem a Pós-Modernidade veementemente e procuram colocá-la como uma alternativa progressista.

2.1 A compreensão da Pós-Modernidade

Os defensores da Pós-Modernidade, em geral, afirmam que o mundo moderno está em crise em razão de suas diversas transformações. Essa crise afetou significativamente a ciência moderna e alterou o modo de ser das

pessoas, criando uma nova sensibilidade. Assim, Santos (2001) estabelece a Pós-Modernidade – repetidas vezes – como um “paradigma [emergente] de um conhecimento prudente para uma vida decente”.

Rouanet (1987), crítico contundente da Pós-Modernidade, realiza uma brilhante síntese de quais seriam as modificações ocorridas no mundo moderno que sustentam a defesa de uma Pós-Modernidade:

Adorno escreveu em *Minima Moralia* que a modernidade tinha ficado fora de moda. Hoje estamos confrontados, ao que parece, com algo de mais definitivo: não a obsolescência, mas a morte da modernidade. Seu atestado de óbito foi assinado por um mundo que se intitula pós-moderno e que já diagnosticou a rigidez cadavérica em cada uma das articulações que compunham a modernidade. A modernidade econômica está morta, porque sua base era a industrialização, que hoje foi substituída por uma sociedade informatizada que se funda na hegemonia do setor terciário, o que significa que transitamos para um sistema pós-industrial; a modernidade política está morta, porque se baseava num sistema representativo e no jogo dos partidos, que deixaram de fazer sentido num espaço público dominado pela ação dos movimentos micrológicos, como o feminista e o dos homossexuais, e pela ação de um poder que não está mais localizado no Estado, e sim numa rede capilar de disciplinas, que saturam os interstícios mais minúsculos da vida cotidiana; e a modernidade cultural está morta, em todas as suas manifestações – na ciência, na filosofia e na arte. A ciência moderna se baseava em “grandes narrativas”, como o discurso iluminista da emancipação pela revolução ou pelo saber, ao passo que a pós-moderna se legitima pela “paralogia” e pela pragmática da própria atividade científica; a filosofia moderna transfigurava o mundo moderno através de grandes sínteses especulativas, enquanto a pós-moderna combate inflexivelmente todas as ilusões da modernidade; a estética moderna buscava chocar, subverter, inovar, enquanto a pós-moderna se manifesta pela extinção das fronteiras entre a arte popular e erudita, pelo fim da figura do artista genial e da compulsão vanguardista de criar linguagens originais e por uma tendência “historicista”, resultante do esgotamento de todos os paradigmas, que leva o artista a recorrer ao pastiche, à “citação” de obras passadas. (ROUANET, 1987, p. 20-21).

Há, portanto, uma polêmica sobre o esgotamento da Modernidade. Tal polêmica se deve ao fato de não ter sido superada a estrutura da sociedade que deu origem a ela: o modo de produção capitalista.

Santos (2001, p. 49) defende que a Modernidade e o capitalismo são processos independentes e não relacionados, os quais se inter cruzaram em um dado momento histórico, e que continuaram autônomos entre si. No entanto, vimos que a Modernidade e o capitalismo estão intrinsecamente relacionados, tanto em sua gênese e desenvolvimento, quanto em processos de crítica para superação (dentre eles, o socialismo marxista), que sabemos, não foi bem-sucedida.

Outra polêmica se assenta no fato de que os autores “pós-modernos” incorrem em uma generalização indevida por não perceberem que a Modernidade não foi um bloco homogêneo. Assim, por exemplo, tratam Marx e Comte como modernos sem mostrar as importantes diferenças entre eles.

Lyotard (2009, p. xv) afirma que pós-moderna é a “posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas” e que “[...] designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo em que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução. (LYOTARD, 2009, p. 3).

Terry Eagleton defende que o pós-modernismo foi gerado por uma repulsa política equivocada que “centrou fogo” em uma das categorias mais importantes para o pensamento revolucionário: a totalidade. É necessário observar que

[...] o pós-modernismo obedece a uma lógica recorrente de “fabricar alvos imaginários” e “caricaturar as posições de seus adversários”. Um objeto privilegiado das críticas dos teóricos pós-modernos é a noção de totalidade. O seu atual desprestígio está intimamente associado ao aparente desaparecimento dos sujeitos históricos capazes de empreender a realização de um projeto político orientado para a transformação social. Eagleton diz que “o descrédito teórico da ideia de totalidade não surpreende numa época de derrota política para a esquerda. Muito do seu ceticismo, afinal de contas, provém de intelectuais que não contam com qualquer razão especialmente forte para situar sua existência pessoal dentro de uma estrutura política mais ampla”. (EVANGELISTA, 2007, p. 163).

Evangelista (2007) argumenta, ainda, que o fato de ter sua difusão inicial no âmbito estético-cultural, fez com

que tais ideias repercutissem bastante nos órgãos da imprensa e acabaram sendo transformadas em “clichê jornalístico da moda”. Assim, foram utilizadas, indiscriminadamente, para identificar qualquer fenômeno sociocultural contemporâneo como manifestação pós-moderna. Estabeleceu-se, portanto, um “modismo pós-moderno”.

Com esse “modismo pós-moderno”, iniciou-se um reflexão teórica mais elaborada em torno dos temas contemporâneos apontados pelos pós-modernos. Ou seja, o “modismo pós-moderno” invadiu a reflexão filosófica da universidade.

Nessas elaborações acadêmicas, destaca-se a de Boaventura de Souza Santos (2001). Para ele, houve uma transição paradigmática com várias dimensões que evoluíram em ritmos desiguais:

Distingo duas dimensões principais: a epistemológica e a societal. A transição epistemológica ocorre entre o paradigma dominante da ciência moderna e o paradigma emergente que designo por paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. A transição societal menos visível ocorre do paradigma dominante – sociedade patriarcal; produção capitalista; consumismo individualista e mercadorizado; identidades-fortaleza; democracia autoritária; desenvolvimento global e excludente – para um paradigma ou conjunto de paradigmas de que por enquanto não conhecemos senão as “*vibrations ascendantes*” de que falava Fourier. (SANTOS, 2001, p. 16).

Dentro desse “novo paradigma” – que o autor denomina como “Paradigma emergente” – há a existência de algumas correntes. Entre elas, aponta: Ilya Prigogine, com a “nova aliança” e a metamorfose da ciência; Fritjof Capra, autor que defende uma “nova física” e o Taoísmo dentro dessa; Eugene Wigner, que argumenta sobre as “mudanças do segundo tipo”; Erich Jantsch e a identificação do paradigma da auto-organização; e, por fim, ele próprio (Boaventura de Souza Santos) com o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente, ou seja, a Pós-Modernidade de oposição, para se diferenciar daquelas que denomina como Pós-Modernidade de aclamação (SANTOS, 2001).

Eu falarei do paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente. Com esta designação, quero significar que a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu no século XVI. Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma

social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 2001, p. 74).

No âmbito econômico, os autores que defendem a transição paradigmática argumentam que:

Nas modernas sociedades ocidentais, a estrutura social é caracterizada pela existência da sociedade industrial, que condiciona tanto a sua organização do trabalho quanto o ritmo da vida social e independe dos antagonismos entre os seus sistemas políticos. Desse modo, Bell pode adiantar que os princípios axiais da sociedade moderna são: *economizar* [...]; *participação* [...]; e o desejo *de realização e aprimoramento do eu* [...]. No entanto, a partir do final dos anos 1950 e mais claramente nos anos 1960, são cada vez mais fortes as evidências de que se experimenta uma transição para um novo período histórico que trará transformações espetaculares, cujas repercussões seriam semelhantes às provocadas pela Revolução Industrial, no final do século 18 [...]. Nesse sentido, a generalização, entre os mais distintos analistas contemporâneos, do “uso do prefixo pós seguido de um hífen é, assim, um indício desta sensação de existência de uma época intersticial. (EVANGELISTA, 2007, p. 99).

Essa noção de um novo sistema econômico se refere a algumas transformações, ainda em curso, em nossa sociedade, sobre o sistema ocupacional, e à nova maneira em que a ciência e a tecnologia têm se relacionado: através de um permanente processo de “[...] inovação requerido pelas demandas derivadas da expansão e sofisticação do setor de serviços na economia contemporânea” (EVANGELISTA, 2007, p. 100).

A noção de *sociedade pós-industrial* foi a premissa fundamental para a estruturação do pensamento pós-moderno. Essa categoria foi desenvolvida por Alain Touraine, na França e por Daniel Bell, nos Estados Unidos, autores que buscaram apreender a “transição da chamada sociedade industrial para as novas configurações societárias”, em evidência desde os anos 1950 (EVANGELISTA, 2007).

Essa mudança do contingente da indústria e do campo para o setor de serviços é que justifica a afirmativa de que a economia mudou, de que vivemos um período pós-industrial. A denominação sociedade pós-industrial não é uma unanimidade entre os autores pós-modernos. Alguns defendem que se trata da “sociedade do consumo”, outros preferem a denominação “sociedade da mídia”, e outros julgam se tratar da “sociedade do espetáculo”. O que parece um traço unificador é que para todos eles trata-se da emergência de uma nova sociabilidade cujos traços demarcatórios seriam:

Novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no *styling*, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação em grau até agora sem precedentes e permeando a sociedade inteira, a substituição do velho conflito cidade e campo, centro e província, pela terceirização e pela padronização universal, o crescimento das grandes redes de auto-estradas [sic] e o advento da cultura do automóvel. (JAMESON, 1985 apud EVANGELISTA, 2007, p. 139).

Jameson (1985) argumenta que a Pós-Modernidade nada mais é que a lógica cultural de uma nova fase do capitalismo: a do capitalismo tardio. Seus traços formais:

[...] expressam de muitas maneiras a lógica mais profunda do próprio sistema social. O desaparecimento do sentido da história é o resultado da generalização da esquizofrenia social, agravada pela amnésia histórica promovida pela “saturação informacional gerada pelos meios de comunicação”. A Pós-Modernidade reproduz “a lógica do capitalismo da sociedade de consumo”, através da “transformação da realidade em imagens” e da “fragmentação do tempo” em uma série de presentes perpétuos (apud EVANGELISTA, 2007, p. 139).

O pensamento pós-moderno lança críticas contundentes à ciência moderna e esta é abandonada, alterando-se significativamente o fazer científico de nossa época. A crítica principal é dirigida à racionalidade.

Ocorre que a crítica da modernidade foi dirigida ao conjunto de sua racionalidade, numa cruzada contra a razão em geral, dando forte impulso a uma nova onda irracionalista. Então, os principais temas da racionalidade moderna – ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade etc. – darão lugar à valorização do fragmentário, do microscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, dentre outros. Há uma rejeição pelas grandes sínteses intelectuais, pelo conhecimento das causas primárias, pela busca do sentido na história, que passa a ser dominada pela indeterminação e pela ação de sujeitos auto-constituintes[sic] do processo histórico (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 16). Declara-se a caducidade dos “velhos esquemas interpretativos” e proclama-se a necessidade de elaboração de “novos paradigmas”, cujas “novas metodologias” devem estar centradas no “cotidiano não-estruturado[sic]”, heterogêneo e pluralista dos processos sociais. (EVANGELISTA, 1992, p.24).

Repetidas vezes, autores como Evangelista, Rouanet, Netto, Wood, dentre outros, se referem à Pós-Modernidade como o “novo irracionalismo”, pois historicamente vimos a emergência de outros paradigmas, que também descartaram a racionalidade como fundamento metodológico, dentre eles, destacamos o estruturalismo, o positivismo, a fenomenologia e todos os “pós” e “neos” contemporâneos, absolutamente funcionais ao capitalismo.

Essa instrumentalização da razão objetiva compreender que determinado conhecimento somente é válido se for útil ao capital. No caso, se puder ser transformado em mercadoria; nas palavras de Lyotard, se for vendável.

No contexto da mercantilização do saber, esta última questão significa comumente: isto é vendável? E, no contexto do aumento do poder: isto é eficaz? Ora, parece dever ser bem vendável a disposição de uma competência atuante nas condições acima descritas, e ela é eficaz por definição. O que deixa de sê-lo é a competência segundo outros critérios, como o verdadeiro/falso, o justo/injusto etc. e, evidentemente, o fraco desempenho em geral. A perspectiva de um vasto mercado de competências operacionais está aberta. Os detentores desta espécie de saber são e serão objeto de ofertas e mesmo motivo de disputa de políticas de sedução. Deste ponto de vista, não é o fim do saber que se anuncia, e sim o contrário. A enciclopédia de amanhã são os bancos de dados. Eles excedem a capacidade de cada usuário. Eles são a “natureza” para o homem pós-moderno. (LYOTARD, 2009, p. 92- 93).

Assim, é nítida a relação distorcida que se forma entre saber e mercadoria, bem como a inserção das tecnologias a tal ponto que há a cogitação de substituição de professores por máquinas, tendo em vista que o conhecimento está na rede. Tudo o que se tem disponível de conhecimento está a um clique de distância. Essa noção altera também a relação do Estado com a pesquisa científica, pois há um estímulo ao enriquecimento através de patentes – deixando de lado que o conhecimento é historicamente produzido pelo homem e que não é de usufruto exclusivo de um grupo de pessoas. Há, então, uma privatização dos estudos científicos. Grandes empresas “adotam” laboratórios e universidades para que o resultado das pesquisas possam ser comercializados e se convertam em lucros.

Logo, percebemos que a relação com o saber se estabelece no aspecto de comercialização e não de emancipação, como era o intuito da ciência moderna. Recusam-se análises totalizadoras, que captem racionalmente os diversos aspectos de um determinado objeto a fim de compreendê-lo de forma mais profunda e defende-se a ideia de que “tudo é relativo”, “depende do olhar”, “do ponto de vista”, ignorando que o objeto traz consigo uma realidade

concreta, que não é levada em consideração. E, também, deixando abertura para aceitar a afirmação de Nietzsche de que “a realidade não existe, o que existe são interpretações”. A partir dessa afirmação, fundamenta-se o argumento de que há uma “desreferencialização do real”, ou seja, a realidade deixa de ser o ponto de partida e tampouco o ponto de chegada do conhecimento científico (sua transformação).

Pereira (2011, p. 10) afirma que o grande equívoco do relativismo pós-moderno ao rejeitar os absolutismos, é colocar que “tudo é absolutamente relativo, ou seja, ele mesmo torna sua ideia central um absoluto”. E, dessa forma, assegura que tudo é relativo, exceto ele mesmo, que – por algum motivo especial– se encontra fora de seu próprio raciocínio. “É uma situação paradoxal semelhante àquela pessoa que diz ‘tudo que eu falo é mentira’: não há maneira de evitar uma autocontradição, seja a frase verdadeira ou falsa”.

Os teóricos da Pós-Modernidade defendem que o fazer científico se efetiva em forma de “jogos de linguagem”. Lyotard (2009, p. 17-18) apresenta três observações acerca desses jogos:

A primeira é que suas regras não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores (o que não quer dizer, todavia, que estes as inventem). A segunda é que na ausência de regras não existe jogo, que uma modificação, por mínima que seja, de uma regra, modifica a natureza do jogo, e que um “lance” ou um enunciado que não satisfaça as regras não pertence ao jogo definido por elas. A terceira observação acaba de ser inferida: todo enunciado de ser considerado como um “lance” feito num jogo. Essa última observação leva a admitir um primeiro princípio que alicerça todo o nosso método: é que falar é combater, no sentido de jogar, e que os atos de linguagem provêm de uma agonística geral. Isso não significa necessariamente que se joga para ganhar. Pode-se realizar um lance pelo prazer de inventá-lo: não é este o caso do trabalho de estímulo da língua provocado pela fala popular ou pela literatura? A invenção contínua de construções novas, de palavras e de sentidos que, no nível da palavra, é o que faz evoluir a língua, proporciona grandes alegrias. [...] esta ideia de uma agonística da linguagem não deve ocultar o segundo princípio que lhe é complementar e que norteia nossa análise: é que o vínculo social observável é feito de “lances” de linguagem. Elucidando esta proposição, entraremos no cerne do nosso tema.

Em se tratando, especificamente, do saber científico, Lyotard elenca cinco características que devem ser levadas em consideração, quais sejam:

- 1 – O saber científico exige o isolamento de um jogo de linguagem, o denotativo; e a exclusão dos outros. O critério de aceitabilidade de um enunciado é o seu valor de verdade[...].
- 2 – Este saber encontra-se, assim, isolado dos outros jogos de linguagem cuja combinação forma o vínculo social. Em relação ao saber científico, ele não é mais um componente imediato e partilhado como o é o saber narrativo[...].
- 3 – No seio do jogo da pesquisa, a competência requerida versa unicamente sobre a posição do enunciador. Não existe competência particular como destinatário (ela não é exigível senão na didática: o estudante deve ser inteligente). E não existe nenhuma competência como referente.
- 4 – Um enunciado de ciência não extrai nenhuma validade do que é relatado. Mesmo em matéria de pedagogia, não é ensinado senão enquanto é sempre presentemente verificável por argumentação e prova. Em si, não está nunca ao abrigo de uma “falsificação”. Desta maneira, o saber acumulado em enunciados aceitos anteriormente pode sempre ser recusado. [...]
- 5 – O jogo de ciência implica, então, uma temporalidade diacrônica, isto é, uma memória e um projeto. Supõe-se que o remetente atual de um enunciado científico tenha conhecimento dos enunciados precedentes que dizem respeito a seu referente (bibliografia) e não proponha um enunciado sobre este mesmo assunto a não ser que ele difira dos enunciados precedentes[...]. (LYOTARD, 2009, p. 46-48).

Nessa concepção de metodologia baseada nos jogos de linguagem e na atividade especulativa, cabe à universidade o papel de:

A grande função que as universidades têm a desempenhar é a de “expor o conjunto dos conhecimentos e evidenciar os princípios ao mesmo tempo em que os fundamentos de todo saber”, pois “não existe capacidade científica criadora sem espírito especulativo”. Aqui, a especulação é o nome que o discurso sobre a legitimação do discurso científico recebe. As escolas são funcionais; a universidade é especulativa, isto é, filosófica. Esta filosofia deve restituir a unidade dos conhecimentos dispersados em ciências particulares nos laboratórios e nos cursos pré-universitários; ela não pode fazê-lo senão num jogo de linguagem que una ambos os aspectos como momentos no devir do espírito, portanto, numa narração ou, antes, numa metanarração racional. (LYOTARD, 2009, p. 61).

A principal fonte de alimentação e consumo do pensamento pós-moderno na intelectualidade brasileira se deu

através dos cursos de pós-graduação. Dessa forma, veremos a seguir como os cursos de pós-graduação em Educação Física estão sendo afetados pelo estímulo à “miséria da razão” a que têm sido submetidos, através da manifestação de seus professores credenciados.

2.2 A pós-graduação em Educação Física

Até aqui, recuperamos parte da história e do conteúdo da Modernidade e da Pós-Modernidade. Ora, se a realidade é um todo articulado, não há como pensar que tais fenômenos não estabeleçam uma relação de mútua determinação também com a Educação Física.

Como vimos, tal “decadência” se expressa em duas dimensões articuladas: o irracionalismo e a “miséria da razão”. Em nossa opinião, as questões afetas à produção do conhecimento em Educação Física guardam relação com essas duas expressões da “decadência”.

É importante ressaltar que, assim como o pensamento burguês, a EF também teve seu momento de “ascensão e de decadência”. Durante a década 1980, alguns autores foram inseridos em cursos de pós-graduação em Filosofia, Educação e Sociologia e tomaram contato com elaborações teóricas de caráter crítico e começaram a questionar o papel desempenhado pela EF com as concepções eugenistas e com o higienismo, como bem caracterizaram Castellani Filho (2011) e Soares (2007).

A partir da década de 1980, a Educação Física começou a “rogar por uma crise”. E esse “clamor” foi suscitado inicialmente por Medina (1983, 2010), em seu livro *A Educação Física cuida do corpo e... Mente*, obra que inaugurou um período em que a Educação Física passou a se soltar das “amarras ideológicas” a que estava presa. Passou-se a enxergar um potencial emancipatório na Educação Física. Inaugurou-se, então, o que conhecemos como o “Movimento Renovador”.

Embora tenha sido constituída como disciplina subordinada às instituições médica, militar e esportiva. É justamente como componente curricular que a Educação Física ganhou legitimidade social para se consolidar no campo acadêmico, embora ainda em busca de sua autonomia e hoje se deparando com a problematização de questões em torno de sua legitimidade no pensamento pedagógico. Dentre essas questões, o debate “[...] em torno da construção de alternativas, as quais promovessem o rompimento com o processo de dominação por meio da transformação das relações educador-educando em práticas emancipatórias” (FENSTERSEIFER, 2001, p.29).

Dessa forma, podemos compreender os passos que a Educação Física percorreu tentando se constituir enquanto campo acadêmico, desenvolvendo certa autonomia científica. No entanto, como não poderia deixar de ser, o aspecto de uma “Educação Física prática” ainda se encontrava muito forte. E, dessa forma, vale destacarmos a dicotomia

(teoria *versus* prática) encarnada pelos profissionais, professores e cursos de formação em Educação Física.

Apesar de todo o avanço no período de ascensão do pensamento da Educação Física, uma série de problemas desse tipo ainda são enfrentados no campo, tais como: o distanciamento das produções acadêmicas e a escola, enquanto locus de intervenção profissional; a formação inicial balizada apenas em aspectos biológicos e fisiológicos, deixando de lado orientações históricas, políticas e sociais da Educação Física; e a pouca apropriação, na formação nos cursos de Educação Física, dos clássicos tanto das Ciências Sociais, quanto do próprio “Movimento Renovador”, entre outros.

Tentando solucionar, pelo menos em parte esses problemas, tem-se, então, o “segundo clamor”: pela necessidade de a Educação Física “sair da crise”.

[...] se em meados dos anos oitenta, Medina (1986) fazia o apelo no sentido de que “a educação física precisa entrar em crise”, hoje, mais de dez anos depois, a palavra de ordem é: a educação física precisa sair da crise, o que certamente não tem um caráter definitivo, mas que pelo menos recoloca provisoriamente os fundamentos que lhe possibilitem sua legitimação enquanto campo do saber, em especial, no espaço escolar. (FENSTERSEIFER, 2001, p. 31-32).

Bracht (2010, p. 103) revisitando o movimento renovador, afirma que houve uma “[...] ênfase nos fundamentos teóricos da educação, um deslocamento da didática para a Pedagogia, resultado, também, da crítica a uma didática denunciada como ‘tecnicista’.” Esse deslocamento foi criticado pelos setores educacionais conservadores que argumentavam que os professores formados nesse novo modelo entendiam de todas as teorias, mas não sabiam dar aulas, ou seja, eram: “Bons na teoria, mas ruins na prática”.

Ainda segundo Bracht (2010), o intuito em defender a inserção das Ciências Sociais e Humanas no currículo da Educação Física se fundamentava na crença otimista de que seria possível formar professores críticos, em condições de operar transformações radicais na prática.

Dessa forma, houve uma divisão nos trabalhos: as “práticas” continuavam sob a responsabilidade daqueles que não escolhiam o trabalho acadêmico e que a “teoria” ficasse a cargo dos “críticos”.

No entanto, essa separação possibilitou uma “inflexão em direção ao cotidiano”. Adotaram-se, então, novas categorias de análise: “saberes docentes; epistemologia da prática; professor crítico-reflexivo; professor-pesquisador; cotidiano e cultura escolar etc.” (BRACHT, 2010, p. 104-105); afinal, as “[...] pesquisas reconhecem a necessidade de entrar na escola, de envolver-se *no* e *com* o cotidiano”.

Outro importante movimento no sentido de se “sair da crise” foi a constituição de um grupo de pesquisadores interessados em estudar as bases epistemológicas das teorias que sustentam a Educação Física, buscando extrapolar a compreensão “[...] epistemológica empirista, que pressupõe um mundo objetivo (prático) e a possibilidade de sua descrição (teoria)”, como se a teoria fosse retirada do próprio objeto, considerando a teoria como a “descrição do movimento pragmático de determinado esporte” (FENSTERSEIFER, 2001, p. 33).

Exemplar, nesse sentido, foi a constituição do Grupo de Trabalho temático de Epistemologia do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) – a mais importante entidade científica da área, que reúne pesquisadores e interessados no campo científico da Educação Física –, cuja ementa expressa suas importantes intenções:

Estudos dos pressupostos teórico-filosóficos, presentes nos diferentes projetos de delimitação da Educação Física, como um possível campo acadêmico/científico. Estudos sobre os fundamentos teóricos balizadores dos distintos discursos da Educação Física, na condição de área de conhecimento, voltados para o fomentar da atividade epistemológica como interrogação constante dos saberes constituídos³.

3 Descrição do Grupo de Trabalho Temático (GTT) – Epistemologia, disponível no site do CBCE: <<http://www.cbce.org.br/br/gtt/epistemologia>>.

No entanto, verificamos que existe um hiato entre o que é produzido e o que se pratica no campo da EF.

[...] o distanciamento entre os “teóricos” da educação física e os “práticos”, pois geralmente os debates restringem-se quase unicamente aos cursos de pós-graduação, aos quais uma parcela mínima dos profissionais que atuam no cotidiano da educação física têm acesso. Temos, então, de um lado, as diferentes linhas teóricas patrocinadas por profissionais que mantêm suas verdades no plano do verbalismo e disputam adesões às suas “seitas” e, de outro, aqueles que experimentam mudanças práticas sem, no entanto, sustentá-las no plano teórico, não resistindo à mordacidade da crítica solapada dos primeiros. Resulta disso o imobilismo que tem caracterizado, salvo raras exceções, o trabalho pedagógico no campo da educação física. (FENSTERSEIFER, 2001, p. 34-45).

Dessa forma, podemos ter uma pequena noção do importante papel que a pós-graduação desempenha (ou deveria desempenhar) no que tange ao desenvolvimento da Educação Física no que se refere à “batalha das ideias”.

Nesse sentido, Fensterseifer (2001, p. 36) elaborou algumas proposições para “solucionar” alguns problemas que vêm afetando a Educação Física:

A tarefa que proponho é a de pensar a educação física a partir da superação de um modelo de razão monológica, limitada ao aspecto cognitivo-instrumental, para um modelo e razão dialógica que compreende também os aspectos prático-político e estético-expressivo, perspectiva que denominamos neomoderna. [...] Compreendendo que assim possamos romper com um tipo de formação inicial e continuada que se tem mantido no plano da simples instrumentalidade/operatividade, onde a relação com a teoria é acrítica, por isso, mecânica, mantendo os professores em uma situação de “menoridade”.

A expressão “neomoderna” que o autor traz é cunhada em sua obra para tentar defender um “retorno à Modernidade”, no intuito de combater a instrumentalização da razão e o irracionalismo que a Pós-Modernidade tem defendido e tem sido inseridos nos debates epistemológicos da Educação Física. Ou seja, manifesta a notação do autor do avanço da Pós-Modernidade. Além dessa notação, outra questão preocupa quanto ao termo: será que ele não guarda uma proposta de Educação Física “neomoderna”, para deixar de ser “pós-moderna”, sem nunca ter sido de fato “moderna”? (em sentido hegemônico).

2.3 A decadência do pensamento na Educação Física

O que se tem chamado de Pós-Modernidade é, portanto, a lógica cultural funcional a forma contemporânea de capitalismo, articulada aos interesses conservadores da burguesia financeiro-especulativa. Uma expressão contemporânea da decadência ideológica do pensamento burguês.

Na Educação Física, este movimento se fez sentir. Bracht (2010), um rigoroso e refinado pensador da Educação Física brasileira, notou essa inflexão na construção teórica da área:

[...] em pleno movimento de construção de uma nova prática, este sofreu o impacto de uma nova crise ou crítica, agora aos fundamentos da pedagogia moderna (e, portanto, também aos fundamentos da pedagogia crítica). Essa crise está ligada às mudanças societárias mais amplas, identificadas pelos conceitos de “globalização” e “Pós-Modernidade”, além da desestruturação do real e existente socialismo, simbolizada pela queda do muro de Berlim. (BRACHT, 2010, p.110).

Em tempos de afirmação da Pós-Modernidade, surgem asserções e defesas de que o “mundo mudou” e que agora tudo é diferente. O fazer científico é diferente, o intuito da pesquisa científica é diferente, a arte, a arquitetura, a sociedade, o modo de fazer política, tudo isso é diferente,

tanto quanto as pessoas estão diferentes. E com base nessa “diferença” toda, mudanças substanciais são perceptíveis nas esferas da política, da arte, da cultura e da ciência.

No debate da Educação Física, um autor tem animado uma compreensão Pós-moderna. Trata-se de Zigmunt Bauman(1999) que defende que a Pós-Modernidade é a modernidade em sua maioridade. Esta, em sua fase madura, empreende um balanço “de ganhos e perdas, psicanalizando-se, descobrindo as intenções que jamais explicitara, descobrindo que elas são mutuamente incongruentes e se cancelam”. O autor defende que passamos por uma transição da “modernidade sólida” para a “modernidade líquida”. A “solidez” representaria o caráter defendido pela Modernidade em todos os âmbitos, seja social, político, cultural, comportamental. Enquanto a “liquidez” representaria as “novas” configurações defendidas pela Pós-Modernidade.

Na medida em que compreende que a Modernidade madura chegou à conclusão de sua própria impossibilidade e de que estamos em um ambiente de “liquidez”, no qual as compreensões são flexíveis, líquidas, admite-se, ao mesmo tempo, certo irracionalismo, um traço marcante do pensamento pós-moderno e, invariavelmente, conservador.

Analogamente, observamos a defesa de uma transição de uma “EF sólida em direção a uma EF líquida”⁴. Esse é, por exemplo, o caso de Bracht (2010). Vejamos em sua própria argumentação:

Nas últimas décadas, em virtude dessas mudanças societárias, o pressuposto de uma (única) educação física, orientada racional e cientificamente, perde força, assim como a ideia de que haveria um sentido maior e legítimo para as práticas corporais em nossa sociedade, assumido e patrocinado pelo Estado (presente, por exemplo, nos documentos oficiais de políticas públicas para a educação física e o esporte). O que vemos é a perda da hegemonia de um sentido legítimo para as práticas corporais – fortemente vinculado à ética do trabalho. [...] Mas enfraquece também a própria legitimidade de qualquer projeto de hegemonia que se auto-proclame o único e verdadeiro, em favor de uma pluralização dos sentidos. Se, na educação física sólida, o corpo como natureza tem seu sentido marcado pelas leis da natureza, na modernidade líquida o corpo é entendido como construção simbólica, portanto aberta à história [...]. Em relação ao corpo, podemos perceber deslocamentos como: do ascetismo para o hedonismo, ou então uma melhor convivência entre os dois; do corpo produtivo para o corpo consumidor; do corpo dócil para o corpo flexível (VEIGA-NETO, 2008). [...] cultura do efêmero. O corpo deixa de ser visto apenas como alvo do controle ascético para ser fonte de prazer e não mais somente meio de alcançar fins mais nobres, ganhando as sensações corporais o status de

4 Subtítulo de texto apresentado no CONBRACE de 2009, que integra a 25ª edição do livro *Educação Física cuida do corpo... E “mente. Novas contradições e desafios do século XXI”*, de João Paulo Subirá Medina.



finalidade e sentido do viver. Em suma, a cultura da modernidade líquida confere ao corpo um novo status social e ontológico, portanto, um novo papel na construção das subjetividades ou identidades. Isso implica admitirmos a necessidade de uma ressignificação da corporeidade humana. (BRACHT, 2010, p.111-112).

Percebe-se com esse novo posicionamento do corpo na sociedade “líquida”, uma exacerbação do individual. Deixam-se de lado os projetos coletivos, para que se possa desfrutar dos prazeres hedonistas, tendo estes como os bens mais preciosos da vida humana. Tendo em vista um projeto humanista, esta concepção se configura como sinal de decadência.

Bracht (2010), ao que parece, toma o binômio proposto por Bauman a fim de empreender um diagnóstico. Porém, sua posição não fica clara em relação ao diagnóstico empreendido. A crítica às compreensões abstratas que tratam a educação física como uma só – desconsiderando a existência de projetos políticos distintos forjados a partir de distintas compreensões de homem e mundo – é pertinente, mas parece estar subsumida ao diagnóstico. Ou seja, a razão é limitada ao existente. O autor salienta que, em relação às práticas corporais, há uma privatização delas, pois os cidadãos são tratados como consumidores e não como produtores de cultura. E observa-se uma grande oferta por parte dos setores privados. As práticas corporais viraram mercadorias, mas... E daí? Basta afirmarmos que geram consequências aos projetos de formação?

A circulação entre as diferentes práticas e os diferentes sentidos é estimulada pela “cultura do efêmero” – o indivíduo é incitado a ser “um colecionador de emoções” (Bauman). Longe do modelo “pedagógico” da modernidade sólida, temos hoje no âmbito das práticas corporais um “supermercado” de opções. Para a educação física entendida como uma prática de intervenção com intenção pedagógica, esse quadro é repleto de consequências e coloca novos desafios para a prática pedagógica, para a formação profissional e, conseqüentemente, para o currículo. (BRACHT, 2010, p. 114).

Em seguida, Bracht defenderá a ideia de várias “educações físicas” de modo que estas sejam coerentes com seus contextos específicos, mas que estes estejam fundamentados em uma compreensão pós-moderna de verdade. Saúde, assim, a incerteza e reduz a democracia para a abertura à discussão. Ora, não nos parece que a ampliação da democracia passa pela afirmação da incerteza:

Assumimos, então, a ideia de que melhor do que a segurança da certeza (de uma

pseudouniversal, única e verdadeira educação física) são a autonomia e a autoridade para criar novas “educações físicas”, coerentes com seus contextos específicos (lembrando, com Bauman, que autonomia não rima com certeza). Isso não significa abandonar a necessidade de educação, homem e sociedade presentes nas propostas e práticas, mas de fazê-lo com base em princípios democráticos, ou seja, assumir o pressuposto de sua historicidade (talvez o único universal a ser admitido) e, portanto, de sua abertura à discussão. (BRACHT, 2010, p. 115-116).

Bracht e Almeida (2006) empreenderam um mapeamento dos autores da EF que abordaram as questões da Pós-Modernidade, produzindo um levantamento das interpretações que tais autores possuíam em relação às questões aludidas em sua mediação feita com a EF. Vejamos alguns dos resultados encontrados.

Sadi (1999) apresenta uma crítica marxista sobre a relação estabelecida entre condição pós-moderna e lazer. Buscando, com isso, “[...] debater a fundo a categoria trabalho e as implicações estratégicas para os trabalhadores, dentro de um contexto que é miserável para as grandes massas e, ao mesmo tempo, desenhado nas maravilhas do lazer pós-moderno” (SADI, 1999 apud BRACHT; ALMEIDA, 2006, p. 27).

Com o mesmo teor, Ferreira (1996 apud BRACHT; ALMEIDA, 2006, p. 27) debate – em seu artigo “*Educação física: regulamentação da profissão e esporte educacional ou... Neoliberalismo e Pós-Modernidade: foi isto que sobrou?*” – que a “[...] sociabilidade nestes tempos de neoliberalismo e Pós-Modernidade acirra e impõe, por força daquele, as noções mais egoístas e insensíveis diante da condição humana”, concluindo que:

[...] a Pós-Modernidade tem sido um novo invólucro para a velha modernidade capitalista, num movimento histórico de (pós)modernização de antigas concepções do velho capitalismo, incluindo a incorporação e recodificação do sentido de expressões e atividades que antes denotavam transformação, mas agora, com o “fim da história”, denotam, com movimento e mudança, apenas uma inofensiva “corrida atrás do próprio rabo”. Dessa forma, todos os nossos esforços levariam a um único desembocadouro: a ordem burguesa. (FERREIRA, 1996 apud BRACHT; ALMEIDA, 2006, p. 27).

Estes autores apresentam, ainda, outros trabalhos que tratam da Pós-Modernidade, mediada com os conteúdos da EF, tais como, Fensterseifer (2001), que argumenta que caberá à EF, no interior do projeto neomoderno, por meio da aprendizagem mediada linguisticamente, possibilitar aos sujeitos um domínio cognitivo-instrumental das

atividades vinculadas à cultura corporal de movimento, proporcionar a estes o entendimento da normatividade social que condiciona as referidas atividades bem como a manifestação da sensibilidade estético-expressiva, fundamental na afirmação das identidades pessoais (FENSTERSEIFER, 2001 apud BRACHT; ALMEIDA, 2006, p. 31).

Bracht e Almeida (2006) apontam, ainda, outros autores que tratam da Pós-Modernidade, agora, em posição de defesa de seus ideais, tais como Lima (1997), autor que, “[...] com base em uma leitura pós-estruturalista e influenciado por alguns autores identificados com a ideia de pós-moderno, está entre aqueles poucos autores que teorizaram sobre o pós-moderno no âmbito da educação física”. Esse autor, então, utilizando-se de postulados pós-modernos e/ou pós-estruturalistas, “[...] realiza uma ríspida crítica aos esforços pedagógicos críticos situados na educação física, especialmente aqueles pautados no materialismo histórico-dialético, tão marcantes na área”(LIMA, 1997).

Ainda no rol dos defensores da Pós-Modernidade que discutem sobre suas relações com o âmbito da EF, tem-se Nogueira (2003), que também se vale da perspectiva pós-estruturalista, sobretudo de orientação foucaultiana. O autor se mostrará interessado em compreender como “[...] a cultura corporal de movimento dialoga com pressupostos sócio-filosóficos da educação crítica e de uma educação pós-crítica” (NOGUEIRA, 2003 apud BRACHT; ALMEIDA, 2006, p. 32-33).

O mapeamento empreendido nos oferece uma segunda noção da grande influência que a Pós-Modernidade vem tendo sobre a Educação Física.

Como anunciamos anteriormente, interessam-nos as expressões da decadência ideológica no âmbito da pós-graduação. Nela, ao que nos parece, a expressão da decadência mais operante é a da “miséria da razão”. O empobrecimento da razão, limitando-a ao conhecimento do imediato, do útil, do funcional, ou melhor, à sua dimensão instrumental.

No âmbito da ciência – atividade significativa para a pós-graduação –, a Modernidade deixou um legado muito importante para a humanidade: é a razão humana (pautada em métodos científicos) que distingue o verdadeiro do falso. Por meio dela, o homem descobre a legalidade da natureza e do mundo dos homens a fim de empreender as modificações necessárias. O controle da legalidade da natureza nos permitiria transformá-la, atendendo às nossas necessidades e, ao mesmo tempo, aprimorando as forças produtivas e, com isso, garantindo a produção em abundância. Já o conhecimento da sociedade nos permitiria a organização racional da vida social a fim de garantir a emancipação humana. Ao mesmo tempo, portanto, foi um projeto de desantropomorfização da natureza – conhecer a natureza a partir dela própria – e de desencantamento do mundo – por abandonar as “explicações” religiosas.

A crítica à Modernidade que objetiva a sua destruição, desconhece a rica diferenciação que demonstramos

em nosso primeiro capítulo. Ou seja, tivemos pelo menos dois vieses modernos: um conservador e outro revolucionário. A luta dos pós-modernos “progressistas” deveria ser, portanto, contra as expressões decadentes do pensamento burguês. Mas isso não é possível, na medida em que se funda no irracionalismo – expressão desse pensamento decadente.

Essa razão emancipatória, tal qual foi pensada pelos modernos, foi abandonada e, no âmbito da ciência, vimos assistindo a outra expressão do pensamento da decadência: a “miséria da razão”. Cada vez mais, vê-se o triunfo da razão instrumental.

No entanto, esse “Movimento Renovador”, crítico, progressista e do “ponto de vista dos de baixo” se confrontou com um contexto conservador e reacionário que surgiu, a partir da década de 1970, como resposta aos desdobramentos das crises do capitalismo. Esta é a mais recente expressão da decadência ideológica burguesa: a Pós-Modernidade.

Para além do estímulo ao irracionalismo pós-moderno que confrontou e mudou os rumos da Educação Física revolucionária dos anos 1980 e 1990, vivemos hoje o que Coutinho (2010) atribui à decadência ideológica da burguesia, que é o estímulo à “miséria da razão”. Defendemos a ideia de que esse estímulo se efetiva, também, por intermédio das políticas de avaliação da pós-graduação, as quais operam com instrumentos quantitativos de produção científica, não dando a devida atenção à qualidade das publicações. Após a disseminação das teorias que relativizam a realidade e a absorção dessas premissas em vários âmbitos, inclusive nos aspectos regulatórios e acadêmicos, principalmente no que se refere aos critérios de avaliação dos cursos de pós-graduação, estamos presenciando a “superficialização” da ciência e do rigor metodológico.

3. CONCLUSÃO

Entendemos como preocupante esse crescimento da Pós-Modernidade entre os autores da EF, pois vai de encontro ao que Medina (1983, p. 85) apontava:

[...] uma Educação Física verdadeiramente revolucionária ainda está por se fazer. Ela apenas existe em estado potencial (em concepção) para aqueles que não se conformam com a triste e sombria perspectiva colocada diante de nós, caso não comecemos a questionar, de maneira radical, rigorosa e global, os atuais valores culturais que nos condicionam. Esta última concepção ainda não se caracterizou como um projeto organizado capaz de agir coletivamente, promovendo o ser humano a melhores níveis existenciais através do movimento.

Nosso papel, então, enquanto comunidade científica é lutar para que esses critérios não “destruam nossa razão”. Precisamos fazer da “batalha das ideias” nosso campo de luta, firme e consciente, a fim de conquistarmos espaço e adeptos, para que um dia vejamos a superação das contradições que se apresentam na consolidação do campo científico da Educação Física, visando à promoção do ser humano, superando suas misérias e melhorando seus níveis existenciais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização e as consequências humanas**. São Paulo: Diálogo e Cultura, 1999.

BRACHT, Valter. A Educação Física brasileira e a crise da década de 1980: entre a solidez e a liquidez. In: MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... E “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papirus, 2010.

BRACHT, Valter; QUINTÃO, Felipe. **Emancipação e Diferença na Educação: uma Leitura com Bauman**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Quintão. Mapeando o pós-moderno e sua absorção no âmbito da educação (física). In: **Emancipação e diferença na educação: uma leitura com Bauman**. Campinas, SP; Autores Associados, 2006.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2011.

CHEVITARESE, L. As “Razões” da Pós-Modernidade. In: **Análogos**. I SAF-PUC, 2001. **Anais**. Rio de Janeiro: Booklink, 2001.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. 2017. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/br/gtt/epistemologia>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EVANGELISTA, João Emanuel de Oliveira. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 2007.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **A Educação Física na crise da modernidade**. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1985.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. São Paulo: José Olympio, 1986.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MEDINA, João Paulo Subira. **A Educação Física cuida do corpo... E “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papirus, 1983.

MEDINA, João Paulo Subirá. **A Educação Física cuida do corpo... E “mente”**. Novas contradições e desafios do século XXI. Campinas: Papirus, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, Carmen Lucia. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

Recebido em: 20/03/2017

Aprovado em: 18/04/2017